

Climate Change and Defence Roadmap:

O CLIMA, A DEFESA E A SEGURANÇA NA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA 2021

Carlos Coutinho Rodrigues

Climate Change and Defence Roadmap:

O CLIMA, A DEFESA E A SEGURANÇA NA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA 2021

Carlos Coutinho Rodrigues

Assessor e Investigador do Instituto da Defesa Nacional

INTRODUÇÃO

O Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) – ou, European External Action Service (EEAS) – da União Europeia (UE) divulgou, recentemente, o documento “Climate Change and Defence Roadmap” (ST 12741/20)¹, um roteiro sobre a relação entre as alterações climáticas e a defesa, incluído no contexto da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

A implementação do roteiro europeu contribuirá para um mais abrangente nexos entre Clima e Segurança, em linha com a prioridade nacional, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021 (PPUE21), de “recolocar na agenda da PCSD o impacto das alterações climáticas na segurança e defesa para mitigar os efeitos das futuras crises provocadas por catástrofes naturais”.

As ações da UE ao abordarem as ligações entre as alterações climáticas e a defesa, incluindo o contexto da PCSD, contribuem para o nexos mais amplo da segurança climática.

A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que decorrerá entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021, com o lema “Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital”, tem lugar num momento particularmente difícil, em que a pandemia de COVID-19 e as suas consequências socioeconómicas

representam um desafio sem precedentes para a UE e os seus Estados-membros, requerendo ação decisiva e abrangente – o *Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021*². A primeira prioridade, promover uma recuperação europeia alavancada pelas transições climática e digital, sustenta uma recuperação sustentável e inovadora, dando prioridade à implementação do Pacto Ecológico Europeu e dos compromissos em matéria de redução de emissões no combate às alterações climáticas; e ao reforço da transição energética, da mobilidade sustentável e da economia azul (oceânica). A esta prioridade juntam-se outras duas grandes prioridades que no conjunto terão que ser implementadas de forma integrada e abrangente num contexto de crise complexa e multidimensional: concretizar o Pilar Social da União Europeia como elemento essencial para assegurar uma transição climática e digital justa e inclusiva; reforçar a autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo, através da efetiva presença da UE, promovendo o multilateralismo e diversificando as parcerias globais, em particular com a vizinhança, com África, o Indo-Pacífico e todo o espaço transatlântico. A abertura da Europa ao mundo, a sua aposta no multilateralismo eficaz e o seu posicionamento geopolítico como ator global, protagonista em

todas as agendas internacionais relevantes, requerem uma agenda abrangente e equilíbrio na relação com os demais atores. A pandemia tornou ainda mais evidente a necessidade de liderança da UE na resposta a crises e emergências globais, projetando a necessidade de uma perspectiva europeia, assente em valores, em parcerias e solidariedades internacionais sólidas, para superar os desafios coletivos e aumentar a confiança das pessoas nas instituições, legitimando-as, capacitando-as e tornando-as mais resilientes.

No âmbito da execução da *Agenda Estratégica 2019-2024*, capítulo III, “Construir uma Europa verde, neutra em carbono”, a Presidência Portuguesa propõe empenhar-se na mobilização dos Estados-membros em torno do Pacto Ecológico Europeu, com vista à promoção de um modelo de desenvolvimento neutro em carbono, inovador e resiliente, que assegure a plena integração da política climática e do objetivo de neutralidade carbónica nas várias políticas setoriais a Presidência atribui muita importância ao desenvolvimento da economia azul (oceânica), inclusive das energias renováveis, da biotecnologia azul, da aquacultura sustentável, do turismo marítimo costeiro e náutico, do transporte marítimo verde (*green shipping*) e das tecnologias de vigilância marítima para proteção do ambiente marinho. Neste contexto, será organizada uma Conferência Ministerial sobre Política Marítima Integrada, em junho, em Lisboa, destacando a segurança marítima, essencial para proteger as rotas comerciais internacionais.

O capítulo V da *Agenda Estratégica 2019-2024*, promover os interesses e valores da Europa no mundo, expressa o apoio da Presidência Portuguesa

ao Alto-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (Alto-Representante), com vista a uma “ação externa forte e coerente, que dê à União capacidade para atuar de forma rápida e eficiente, em consonância com a defesa dos seus interesses e a projeção dos seus valores, nomeadamente através de um multilateralismo eficaz e de uma ordem internacional assente em regras”. A promoção da Agenda 2030 e a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são dois pontos de particular atenção no combate à fragilidade, à afirmação dos direitos humanos, da democracia, da garantia das funções vitais, do desenvolvimento e da segurança. Ainda no capítulo V e no âmbito da Segurança e Defesa, é referida a prioridade a uma orientação mais operacional da Estratégia Global da UE, através da “Bússola Estratégica” comum europeia, com vista a concretizar o seu nível de ambição e fortalecer a vertente de segurança e defesa, reforçando a coerência e a eficácia das iniciativas da PCSD, em complemento da NATO.

O impacto da COVID-19 tido como um teste decisivo à resiliência e à solidariedade dos Estados-membros, acentua a urgência de melhorar a capacidade de resposta da UE a crises complexas. Existe o propósito de apoiar os trabalhos da *task-force* criada pelo SEAE com vista a avaliar a resposta das Forças Armadas dos Estados-membros à pandemia, identificando lacunas, desafios, boas práticas e formas de melhorar a cooperação e a coordenação em resposta a emergências complexas, nomeadamente no uso de capacidades militares para apoiar o Mecanismo de Proteção Civil da UE. Uma reflexão cuidada sobre a eficácia das missões e operações

militares da PCSD, incorporando lições aprendidas, está na agenda. O PPUE21 releva em matéria de Segurança e Defesa a importância donexo entre clima, eficiência energética e segurança e defesa, e propõe-se defender a inclusão, na *Cooperação Estruturada Permanente*, de critérios exigentes relativos à adaptação às alterações climáticas, propondo um roteiro de medidas neste domínio.

Climate Change and Defence Roadmap, contributo para uma Agenda global da União

O Roteiro engloba as atuações da UE que tratam as ligações entre as alterações climáticas e a defesa, no contexto da PCSD, e que contribuem para um nexo mais amplo clima – segurança. O Roteiro foi elaborado pelo SEAE em colaboração com os serviços da Comissão e a Agência Europeia de Defesa (AED).

Nas suas conclusões de junho de 2020, sobre segurança e defesa, o Conselho convidou o Alto Representante a propor, juntamente com a Comissão e a AED, e em diálogo estreito com os Estados-membros, um conjunto de ações concretas a curto, médio e longo prazo que abordam as ligações entre defesa e alterações climáticas como parte de um nexo mais amplo clima – segurança, nomeadamente nas áreas civil e militar da PCSD, desenvolvimento de capacidades, multilateralismo e parcerias³.

O convite do Conselho resulta de discussões anteriores ao nível da UE, incluindo entre os ministros da defesa da UE, em Helsínquia, em agosto de 2019, bem como de debates dos Estados-membros no Conselho com base num documento de reflexão sobre o clima e a defesa, *Contribuição*

para o *nexo entre clima e a segurança, incluindo o contexto da PCSD*⁴, elaborado pelo SEAE em cooperação com a Comissão e a AED, e que serve de base para o roteiro para as alterações climáticas e a defesa. As ações identificadas cobrem as dimensões civil e militar da PCSD, em conformidade com as conclusões do Conselho de junho de 2020 e seguindo o âmbito do documento de reflexão. Em regra, o termo “mudança climática” tem um sentido amplo e inclui também a “degradação ambiental”. O Roteiro faz referência a ações da Comissão, não pertencentes à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), o que proporciona uma visão geral abrangente das atividades relevantes, ao mesmo tempo que se observa a necessidade de respeitar as prerrogativas e competências da Comissão ao abrigo dos Tratados. Parte integrante do esforço geral da UE para fazer face às alterações climáticas, o Roteiro integra três áreas de ação diversas e complementares: 1) a Dimensão Operacional; 2) o Desenvolvimento de Capacidades; 3) o Fortalecimento do Multilateralismo e das Parcerias. Como componente de um *nexo* mais amplo clima-segurança, a implementação do Roteiro visa contribuir para uma agenda ampla da UE, com grande relevância para as conclusões do Conselho sobre diplomacia climática⁵, a partir de janeiro de 2020, que reiteram o reconhecimento de que as alterações climáticas multiplicam as ameaças à estabilidade e segurança internacionais, afetando em particular aqueles que se encontram em situações, regiões e países, de maior fragilidade e vulnerabilidade. O documento *Climate Change and International Security*, de março de 2008, preparado para o Conselho Europeu pelo Alto Representante e

pela Comissão Europeia⁶, enfatizou as implicações das alterações climáticas para a segurança e oito anos depois foi apresentada uma abordagem integrada do clima e da segurança através da estratégia *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*, de junho de 2016⁷.

O European Green Deal – o Pacto Ecológico Europeu⁸ –, apresentado pela Comissão, também reconhece os desafios climáticos e ambientais globais como importantes multiplicadores de ameaças e fontes de instabilidade. Nele se prevê que a grande transição ecológica irá alterar a geopolítica mundial e regional, onde se incluem mudanças na economia global, no comércio e nos interesses de segurança internacional. Desafios que podem tornar-se fontes de conflito, insegurança alimentar, deslocamentos de populações e migrações forçadas. Todos estes fatores ligados à segurança e defesa estão intimamente relacionados com as três áreas interligadas tratadas no Roteiro, onde se apresentam “medidas de mitigação e de adaptação”.

As implicações da política climática devem tornar-se parte integrante do pensamento e da ação da UE em questões como a investigação e desenvolvimento no domínio da defesa, a indústria e a tecnologia ou as infraestruturas, bem como na PCSD da UE. Desta forma a implementação do Roteiro contribuirá também para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu ao apontar a redução das emissões no caso particular do setor da defesa como parte do esforço coletivo para a neutralidade climática até 2050, uma maior “sustentabilidade energética”, a priorização de “eficiência energética” e proteção da “biodiversidade”.

A forte ênfase do Roteiro no multilateralismo e nas parcerias também contribuirá para o papel de liderança global da UE nas questões das alterações climáticas. Sendo as alterações climáticas uma questão multidimensional, uma abordagem integrada entre os diferentes intervenientes da UE é crucial para identificar solidariedades, sinergias e maximizar o impacto das ações. Seguindo essa abordagem, a mitigação dos riscos relacionados ao clima e o alívio da pressão ambiental poderiam ser tratados de forma mais eficaz por meio da cooperação global e dos canais multilaterais. A UE e seus Estados-membros têm desempenhado um papel fundamental, mas ainda insuficiente para elevar a agenda de segurança climática em fóruns multilaterais. O Roteiro para as alterações climáticas e defesa visa expandir a rede da UE, explorando melhor o papel das missões e operações civis e militares da PCSD, em contextos multilaterais e com países parceiros, criando dessa forma ligações e redes através das atividades em curso ou emergentes ampliando e integrando as áreas do clima e da defesa e da segurança.

O Processo de Implementação do Roteiro

A implementação ativa do Roteiro nas três áreas interligadas, nomeadamente a Dimensão Operacional, Desenvolvimento de Capacidades e Fortalecimento do Multilateralismo e Parcerias, assenta em ações imediatas/de curto, médio e longo prazo e baseiam-se no período de tempo em que o efeito pretendido ocorrerá. Está previsto um acompanhamento sistemático e coerente do Roteiro com o

objetivo de monitorizar o processo de implementação e com muita flexibilidade e plasticidade permitir as adaptações necessárias aos cronogramas, às próprias ações e, no limite, a mudar alguns dos objetivos, quando aplicável, adaptando as metodologias tradicionais em geral assentes num planeamento estratégico pouco flexível e menos preparado para a imprevisibilidade e os impactos dos riscos e ameaças complexos. Políticas futuras e processos paralelos, por exemplo, a chamada “Bússola Estratégica”⁹, ou outras iniciativas políticas relevantes da UE, como a dimensão internacional da nova estratégia de adaptação ao clima, podem dar corpo a trabalhos futuros. Como anteriormente referido, o “Climate Change and Defence Roadmap” integra três áreas de ação: a dimensão operacional; o desenvolvimento de capacidades; o fortalecimento do multilateralismo e das parcerias.

Dimensão operacional

As missões e operações da PCSD da UE terão cada vez mais de operar em ambientes afetados ou influenciados por mudanças climáticas ou deterioração ambiental. Os decisores políticos e respetivos órgãos de apoio à decisão e de planeamento estratégico, designadamente no âmbito da geração, estruturação e emprego operacional de capacidades, carecem de uma compreensão precisa das implicações das mudanças climáticas no âmbito da defesa e da segurança, onde se incluem o tipo de missões e operações que vão ser necessárias não apenas nos próximos anos, mas também em cinco, dez ou vinte anos; também os recursos e as infraestruturas necessários a missões

e operações eficientes, eficazes e sustentáveis serão provavelmente diferentes. Avaliar a situação atual de forma holística, compreender o seu impacto nas prioridades políticas e estratégicas europeias de defesa e segurança, constituem requisitos fundamentais para o planeamento a longo prazo.

A UE nos seus documentos vem reconhecendo que as alterações climáticas tendem a atuar como um influenciador e mesmo um multiplicador de ameaças e riscos com implicações para a paz e a segurança internacional. A subida do nível médio das águas do mar, a elevação das temperaturas globais, o conseqüente aumento da frequência e a intensidade de eventos climáticos extremos, são hoje algumas das evidências científicas. Estes fatores e desenvolvimentos anómalos podem vir a adquirir do ponto de vista político um significativo impacto geopolítico, onde se inclui a segurança marítima global.

Particularizando, os eventos com potencial disruptivo no ecossistema poderão, de forma continuada: limitar a disponibilidade de alimentos e água; afetar a saúde humana nas questões sanitárias já endémicas em vastas regiões e países, potenciando os casos de doenças infecciosas e de risco pandémico, risco esse que a doença infecciosa COVID-19 – *Coronavirus Disease 2019* –, causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 – SARS-CoV-2 – prova ser de probabilidade e impacto elevados e de longo prazo; causar o deslocamento de pessoas e degradar radicalmente a infraestrutura, as economias, a biodiversidade e os recursos; afetar a resiliência das instituições, das sociedades, das culturas, das comunidades, dos indivíduos.

Nas suas conclusões sobre segurança e defesa, no contexto da Estratégia Global da UE, de junho de 2019, o Conselho reconheceu pela primeira vez a relevância das questões ambientais e das alterações climáticas para as missões e operações da PCSD, incluindo o seu impacto no planeamento e desenvolvimento das capacidades militares¹⁰.

A alteração das condições meteorológicas médias e o aumento dos eventos extremos terão impacto no número de missões e operações da PCSD, na sua implementação e nos requisitos e condições operacionais. A mudança climática e a degradação ambiental podem exacerbar as tensões existentes em ambientes de conflito, aumentar a violência e gerar necessidades volumosas de segurança e apoio humanitário adicionais. Este contexto deverá aumentar de forma crescente a necessidade de projetar novas missões e operações, militares e civis, no âmbito da PCSD. A porosidade das fronteiras, a grande extensão de territórios inóspitos e fora do controlo efetivo do Estado e dos governos, colocam essas regiões sob o controlo de grupos ligados aos tráficos e ao crime organizado, quebrando a legitimidade e a confiança das populações no Estado e nas instituições de segurança, defesa e judicial, evidenciando a situação de fragilidade complexa como um primeiro problema da política e da crise estratégica.

Desta forma, as Forças Armadas dos Estados-membros da UE tenderão a aumentar a sua participação em respostas a crises complexas atuando em relações de apoio e em articulação com forças e serviços de segurança, judiciais, de proteção civil, de informações, de apoio humanitário, em atuações do âmbito militar e civil,

tanto dentro do espaço europeu e na área de interesse e influência da UE, como num espaço alargado de segurança e desenvolvimento muito para além das fronteiras externas dos Estados-membros. Neste quadro o fator humano será ainda mais determinante o que requer uma cultura de segurança nacional e de cidadania, formação e treino nas áreas específicas de atuação militar e civil, investigação e desenvolvimento tecnológico, prevenção de crises, avaliação de ameaças e riscos, alerta precoce, planeamento estratégico oportuno, sistémico, multi-instrumental e flexível, processo de decisão transversal, ação política e ação estratégica, respostas em ambientes de grande imprevisibilidade, tensão, medo e urgência - as variáveis da crise e da gestão de crises complexas.

São preconizadas abordagens e sinergias ao nível das instituições e órgãos da União Europeia, com impacto imediato ou no curto prazo – em curso e ao longo de 2021 –, relevando-se: no âmbito dos instrumentos do SEAE, do Joint Research Centre e da Comissão Europeia; no planeamento e na implementação de mandatos das missões e operações civis e militares da PCSD – Operational Concept on climate change and the crisis management; revisão do European Union Military Concept on Environmental Protection and Energy Efficiency for EU-led military operations from 2012¹¹.

Com impacto no médio prazo (2022-2024), releva-se a adoção de Standard Operating Procedures (SOPs) on climate and environment e de boas práticas de eficiência energética em missões e operações PCSD, essencialmente na esfera de atuação do SEAE.

Os Estados-membros da UE são convidados a estabelecer redes entre os diferentes atores de segurança para partilha de informação e de estudos no âmbito dos organismos do Conselho, a utilizar as plataformas existentes como a EDA's Energy and Environment Working Group (EnE WG) para partilha de boas práticas, vulnerabilidades estratégicas e segurança energética, dependência de combustíveis fósseis, segurança de abastecimento de recursos, questões da água, nexos clima-segurança. Os Estados-membros são incentivados a fortalecer o papel das forças armadas na conservação da biodiversidade nos campos de treino e territórios sob jurisdição militar¹².

Desenvolvimento de capacidades

As alterações climáticas podem configurar-se como um multiplicador de conflitos e um risco para a segurança, o que coloca novos desafios operacionais, designadamente pela necessidade de dotar os intervenientes em missões e operações com equipamentos eficazes, quando submetidos a condições climáticas extremas, e dotados de tecnologia de ponta com índices de eficiência energética muito superiores aos atuais. O setor de defesa global incorpora uma indústria de uso intensivo de energia e as Forças Armadas dos Estados-membros da UE são, no geral, apresentados como os maiores utilizadores de terrenos e infraestruturas públicas para a instalação, formação e treino das suas estruturas orgânicas e unidades. De uma forma geral a infraestrutura militar não é ainda suficientemente eficiente em termos energéticos – a energia despendida para aquecimento representou 32% do consumo total

de energia nas Forças Armadas dos países da União Europeia, em 2017¹³. Reduzir a procura e aumentar a resiliência energética torna-se essencial para um maior nível de prontidão e sustentabilidade futura. As iniciativas nacionais são dispersas, onerosas e, geralmente, duplicadas ou sobrepostas.

A eficácia operacional constitui, é certo, a grande prioridade, mas são muitas as vantagens operacionais decorrentes da redução das emissões e de outros impactos ambientais em missões e operações civis e militares da PCSD. Particularmente, em forças militares, importa reduzir os requisitos logísticos e a dependência de abastecimentos pesados em zonas de risco elevado e os custos de operação, a prazo. Minimizar a utilização de recursos, reduzir a degradação ambiental e poluição em áreas de operações permitirá proteger a reputação das missões em regiões de escassos recursos muitas vezes fator determinante na conflitualidade recorrente. A criação de uma cultura de eficiência energética, o treino e a formação a par da evolução tecnológica, constituem certamente um investimento remunerador de defesa e segurança.

Nas suas conclusões de junho de 2019¹⁴, o Conselho convidou os Estados-membros, o SEAE, a Comissão e a AED a desenvolver soluções concretas no setor da defesa para modelos energéticos seguros e sustentáveis que conduzam a uma maior resiliência e eficiência operacional também no contexto das alterações climáticas. Neste contexto, o Consultation Forum for Sustainable Energy in the Defence and Security Sector (CF SEDSS), o EDA Energy & Environment Working Group e o próximo Incubation Forum on Circular Economy in

European Defence (IFCEED) podem desempenhar um papel importante. Em matéria do desenvolvimento de capacidades os Estados-membros da UE são convidados a desenvolver instrumentos de identificação e monitorização de um conjunto de medidas destinadas a aumentar a eficiência energética das Forças Armadas nacionais, designadamente, por exemplo, através de elaboração de planos de ação nacionais, da criação de uma *task force* para a defesa e eficiência energética, introduzindo *benchmarks* e criando a figura do Energy Action Officer. Tais ações permitirão: a implementação dos planos e uma avaliação climática e ambiental ao nível dos processos das aquisições e do desenvolvimento de capacidades; considerar os aspetos climáticos, energéticos e ambientais ao programar as infraestruturas militares, dentro do princípio *Energy Efficiency First*; preparar recursos humanos ligados à gestão energética, à eficiência energética, criando compromisso, consciência e uma nova cultura envolvendo as instituições nacionais das áreas estruturantes da defesa e da segurança, partindo do nível da administração central e ministerial, a traduzir num quadro legal e normativo abrangente e integrado, no âmbito da energia e capaz de contemplar os programas, os instrumentos de financiamento e as tecnologias associadas, fundamentais para alcançar, faseadamente no tempo, uma maior eficiência energética das diferentes capacidades e infraestruturas, nas diferentes fases do processo operacional e de missão; melhorar a obtenção de dados de energia, a sua análise e disponibilização de informação certificada, no âmbito da defesa nacional, que possibilitem à EDA's Energy & Environment Working

Group construir uma visão global e uma melhor compreensão dos tipos e volumes de recursos energéticos usados pelas Forças Armadas de todos os Estados-membros, numa base anual¹⁵.

Fortalecimento do multilateralismo e das parcerias

Uma resposta eficaz ao impacto das mudanças climáticas e dos fatores ambientais na defesa e na segurança requer uma abordagem verdadeiramente global e integrada. Existe uma necessidade clara e uma procura global da UE e dos seus Estados-membros de atingir a liderança das políticas e das ações internacionais em matéria de clima e ambiente, em vários formatos, nomeadamente no âmbito das Nações Unidas. Este é também um objetivo do European Green Deal, o que requer uma abordagem conjunta e coerente dos atores da UE no âmbito das iniciativas multilaterais. Devem ser exploradas oportunidades para uma cooperação mais estreita no contexto da Defesa e da Segurança com organizações internacionais e parcerias multilaterais, como a ONU, OTAN, OSCE e UA, bem como bilateralmente com países parceiros, incluindo no contexto multilateral, ampliando e integrando esta matéria nas áreas de cooperação e parceria já existentes.

O Roteiro preconiza para as ações de curto, médio e longo prazo, ao nível das instituições da UE, um papel central do SEAE na promoção de esforços junto a organizações internacionais e países terceiros, na abordagem da ligação entre mudanças climáticas/ degradação ambiental, por um lado, e nas áreas da defesa e das missões e operações, civis e militares,

por outro lado, como componente do nexos mais amplo clima - segurança. Os Estados-membros da UE são convidados a promover a relevância da ligação entre os aspectos climáticos e ambientais e o domínio de defesa/ operacional em teatros de operações multilaterais.

Implementar o Climate Change and Defence Roadmap

A implementação do Roteiro depende de uma abordagem abrangente e integrada dos organismos e serviços da União Europeia, concretizando as ações nele identificadas, no curto, médio e longo prazo. As propostas na área da PCSD/PESC irão sendo apresentadas ao Conselho e este deverá fazer um balanço anual de execução, com base nas informações prestadas pelos organismos europeus, com início no primeiro semestre de 2022.

Para mostrar a liderança contínua neste domínio e permitir uma interação mais ampla sobre os diferentes aspectos abordados no Roteiro¹⁶, o SEAE organizará um evento anual com a participação da EDA, dos serviços relevantes da Comissão, dos Estados-membros da UE, das organizações internacionais e dos países terceiros com parcerias relevantes.

Uma revisão intermédia do *Climate Change and Defence Roadmap* está prevista para 2025 e deverá ser seguida de uma importante revisão geral dos objetivos gerais até 2030. O Roteiro finaliza com um anexo sobre terminologia, importante normalizador de termos e conceitos que importa ampliar.

NOTAS FINAIS

Em Portugal, o Conceito *Estratégico de Defesa Nacional 2013* (CEDN, 2013) identifica os “*Principais Riscos e Ameaças à Segurança Nacional*”; para além das “*Ameaças de Natureza Global*”, enquadra os “*Riscos de Natureza Ambiental*” ao referir-se à degradação e escassez da água potável, à perda de terras aráveis, à diminuição da produção de alimentos e ao aumento da frequência de catástrofes ambientais – fatores que podem levar a migrações em massa e a enormes prejuízos económicos. O CEDN 2013 identifica ainda que a competição por recursos naturais escassos, designadamente a água e os recursos energéticos, tem um elevado potencial desestabilizador, podendo levar a situações de violência e conflito armado. O conceito conclui que Portugal, estando sujeito aos mesmos riscos ambientais, tem que melhorar a sua capacidade de prevenção, adaptação e resposta rápida aos desafios a seguir elencados: alterações climáticas, riscos ambientais e sísmicos, que podem afetar seriamente a capacidade de Estados, sociedades e economias continuarem a funcionar de forma normal e segura; ocorrência de ondas de calor e de frio, com potenciais efeitos na morbilidade e mortalidade da população; atentados ao ecossistema, terrestre e marítimo, como sejam a poluição, a utilização abusiva de recursos marinhos e os incêndios florestais; pandemias e outros riscos sanitários, capazes de criar não só números significativos de vítimas, disrupção nos sistemas de saúde, como de causar problemas de segurança adicionais pelo pânico que podem gerar. Esta sistematização configura uma interdependência e transversalidade dos riscos de natureza ambiental que obrigam a respostas complexas e integradas a situações de crise,

abrangentes, quanto aos instrumentos e capacidades a estruturar e organizar, militares e civis, e quanto aos atores – instituições do Estado de direito democrático, nos seus níveis nacional, regional e local, e da sociedade, nas suas diferentes expressões comunitárias, associativas e empresariais, públicas e privadas – e potenciando as alianças e parcerias, designadamente no âmbito das respostas da União Europeia, da Aliança Atlântica, das Nações Unidas, das organizações em áreas específicas de resposta e da CPLP. As alterações climáticas e a degradação do ecossistema vão afetar de forma crescente a defesa e a segurança internacionais, e muito provavelmente desencadearão o deslocamento de populações e o agudizar de potenciais conflitos, designadamente em regiões e países onde os conflitos são recorrentes e endémicos, combinando a escassez de água e de alimentos com a fragilidade ou ausência de instituições legítimas e confiáveis pelas populações, ciclicamente podendo ainda contribuir para protestos civis, tumultos e probabilidade de ocorrência de conflitos e crises onde o controlo político pode ser posto em causa. Concluímos pela necessidade de identificar de forma abrangente as implicações donexo clima – segurança, em particular das implicações estratégicas das mudanças climáticas para as atividades do Ministério da Defesa e das Forças Armadas portuguesas, designadamente nas linhas de força: conceitos e doutrina; planeamento estratégico, objetivos, tempo e recursos financeiros; pessoal, formação e treino; infraestruturas, equipamentos, informações, organização, composição e articulação das forças, logística e interoperabilidade com outras forças e

estruturas nacionais e internacionais, militares e civis.

¹ Ver documento, Council of the European Union/European External Action Service (EEAS), “*Climate Change and Defence Roadmap*”, 12741/20 EN, Brussels, 9 November 2020, disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-12741-2020-INIT/en/pdf>

² Cf. *Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021*, disponível em https://www.2021portugal.eu/media/osfbwecl/presid%C3%A2ncia-portuguesa-do-conselho-da-uni%C3%A3o-europeia_pt.pdf

³ Cf. Council of the European Union, *Council Conclusions on Security and Defence*, 8910/20, Brussels, 17 June 2020, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/44521/st08910-en20.pdf>

⁴ EEAS (2019) 1353.

⁵ Cf. Council of the European Union, *Council Conclusions on Security and Diplomacy*, 5033/20 EN, Draft Council conclusions on Climate Diplomacy, Brussels, 20 January 2020, disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5033-2020-INIT/en/pdf>

⁶ Cf. High Representative and the European Commission, *Climate Change and International Security*, S113/08, Paper from the High Representative and the European Commission to the European Council, 14 March 2008, disponível em https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/reports/99387.pdf

⁷ Cf. *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*, June 2016, disponível em https://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf

⁸ Ver: Comissão Europeia, *Pacto Ecológico Europeu*, COM (2019) 640 final, Bruxelas, 11 de dezembro de 2019, disponível em https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF; e, Comissão Europeia, *Pacto Ecológico Europeu*, COM (2019) 640 final, Anexo, Bruxelas, 11 de dezembro de 2019, disponível em https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_2&format=PDF

⁹ Cf. Council of the European Union, *Council Conclusions on Security and Defence*, 8910/20, Brussels, 17 June 2020, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/44521/st08910-en20.pdf>

¹⁰ Cf. Council of the European Union, *Council Conclusions on Security and Defence in the context of the EU Global Strategy – Council Conclusions (17 June 2019)*, 10048/19 EN, Luxembourg, 17 June 2019, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/39786/st10048-en19.pdf>

¹¹ Cf. Council of the European Union/EEAS, *European Union Military Concept on Environmental Protection and Energy. Efficiency for EU-led military operations*, 13758/12 EN, Brussels, 14 September 2012, disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-13758-2012-INIT/en/pdf>

¹² “EU Member States’ Armed Forces are the biggest landowners in Europe. Military estates used for training and firing exercises stand out as large areas, uninterrupted by roads or built-up areas, which is an important ecological condition for the population dynamics of many species”.

¹³ Fonte: European Defence Agency (EDA), “Defence Energy Data 2016 & 2017”, *Fact sheet*, disponível em <https://www.eda.europa.eu/docs/default-source/eda-factsheets/2019-06-07-factsheet-energy-defence>

¹⁴ Cf. Council of the European Union, *Council Conclusions on Security and Defence in the context of the EU Global Strategy – Council Conclusions (17 June 2019)*, 10048/19 EN, Luxembourg, 17 June 2019, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/39786/st10048-en19.pdf>

¹⁵ 22 dos 28 Estados-membros contribuíram para a última avaliação. Ver, European Defence Agency (EDA), “Defence Energy Data 2016 & 2017”, *Fact sheet*, disponível em <https://www.eda.europa.eu/docs/default-source/eda-factsheets/2019-06-07-factsheet-energy-defence>

¹⁶ Por exemplo, com foco na cooperação mais estreita com a ONU, a OTAN e a UA; o papel das novas tecnologias e da Inteligência Artificial; adaptação das Forças Armadas dos Estados-membros aos efeitos adversos das mudanças climáticas; etc...